

O aborto nos documentos curriculares: disputas por direitos sexuais e reprodutivos na Argentina e no Brasil

Luisa Machado¹, Sandra Escovedo Selles²

^{1,2}Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Brasil.

¹luisam2404@gmail.com; ²escovedoselles@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado que visou compreender como a educação sexual é abordada nos documentos curriculares da Argentina e do Brasil a partir da década de 1990. Diante da atual conjuntura de ameaças aos direitos sexuais e reprodutivos, o objetivo deste artigo é analisar os conteúdos acerca do aborto presentes nestes documentos. A partir da investigação concluímos que a temática é pouco abordada nos currículos escolares, especialmente no Brasil. Assim, para avançar no entendimento do aborto como um direito, é necessário garantir e defender a educação sexual nas escolas.

Palabras clave: EDUCAÇÃO SEXUAL; DIREITOS REPRODUTIVOS; ABORTO; NEOCONSERVADORISMO.

Introdução

O neoconservadorismo (Lacerda, 2019) na América Latina vem ganhando forças nos últimos anos, articulando alianças e intensificando o ataque às instituições educativas. Dentre as diversas pautas apresentadas, há uma centralidade da disputa pelas concepções de família, direitos sexuais, reprodutivos e não reprodutivos e gênero, que particularizam o fenômeno do neoconservadorismo.

Nesse contexto, a temática do aborto é um grande ponto de conflito. Na América Latina, diversos países ainda relutam em garantir esse direito às pessoas que engravidam. Enquanto em alguns países o aborto é legalizado, na maior parte do continente a legislação segue sendo restritiva. Além disso, os direitos já conquistados são muitas vezes colocados em xeque pelas bancadas neoconservadoras presentes nas casas legislativas dos países latino-americanos.

No contexto da educação, movimentos neoconservadores vêm pautando e pressionando sistemas de ensino para a retirada de conteúdos de educação sexual dos currículos escolares. Ou seja, além de cercear a garantia de direitos reprodutivos, estes movimentos visam também coibir qualquer possibilidade de debate no que se refere ao aborto e outras temáticas. Diante desta conjuntura e motivada pelas grandes manifestações a favor da legalização do aborto no Brasil, o presente trabalho visa analisar os conteúdos acerca do aborto presentes nos documentos curriculares publicados na Argentina e no Brasil a partir da década de 1990.

Metodologia

Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado intitulada *Políticas de educação sexual na Argentina e no Brasil a partir da década de 1990: avanços e retrocessos em um contexto neoconservador*. Os documentos selecionados para a análise foram as políticas curriculares nacionais brasileiras e argentinas publicadas a partir da década de 1990. estes foram investigados sob a luz da análise do discurso. Para mais detalhes dos caminhos metodológicos ver em Machado (2022). O presente trabalho se volta para compreender como a temática do aborto é tratada nos documentos listados a seguir.

Tabela 1: Documentos selecionados para análise dos conteúdos.

Argentina	Brasil
Contenidos Basicos Comunes (1995)	Parâmetros Curriculares Nacionais (1997)
Ley Nacional de Educación Sexual Integral (2006)	Caderno Escola sem Homofobia (2004)
Lineamientos para la Educación Sexual Integral (2008)	Base Nacional Comum Curricular (2018)

Resultados e discussão

A análise dos documentos permitiu observar que as políticas curriculares brasileiras não incluem o debate sobre a temática do aborto. Por mais conflitivo que seja pensar na aceitação do aborto legal em um país erigido historicamente no conservadorismo católico, não se pode negar que a ausência de referência à questão, reforça e fixa uma perspectiva conservadora, visto que há um conflito sobre a questão do aborto entre parte do movimento cristão, em especial os católicos na década de 1990, e os movimentos feministas (Biroli, Machado e Vaggione, 2020). Para os primeiros, o aborto é considerado pecado e, para os segundos, é um assunto que passa pelo direito de escolha e direito à saúde da mulher.

Por outro lado, dos seis documentos analisados, somente os dois documentos Argentinos apresentam discussões relacionadas ao aborto. Nos "Contenidos básicos comunes", a temática do aborto aparece de forma indireta. O documento, publicado na década de 1990, se refere ao respeito à vida **desde a concepção**, o que demonstra um pensamento contrário à defesa da legalização do aborto. Brown (2008), ao realizar um estudo dos discursos sobre aborto na imprensa argentina, argumenta que os setores católicos são os principais fomentadores do discurso antiaborto, "pró-vida" e "pró-família". E, ao que parece, exerceram forte influência na construção do documento analisado.

No documento dos anos 2000, os "Lineamientos para la Educación Sexual Integral", o aborto é retratado como situação de possível risco à saúde da mulher, mas não

explicitamente como direito. Torres (2021) argumenta que, apesar de ser enunciado como um “problema”, é importante considerar que, diante do contexto, a referência ao aborto “marcó un límite para su proyección pedagógica, permitió su enunciación legitimada en un documento consensuado para todo el sistema educativo nacional.” (p. 23).

Observa-se, assim, que enquanto no Brasil a temática do aborto segue sendo um tabu e fonte de grandes conflitos e disputas, a ponto de o debate ser censurado nas escolas; na Argentina, houve uma mudança de abordagem sobre a temática no currículo. No documento de 1995 a visão conservadora dominou o entendimento sobre o aborto; já no documento mais recente desse país, ainda que de modo sutil, o aborto é incluído no debate sobre a saúde da mulher.

Reflexões finais

O debate sobre o aborto nas escolas ainda é alvo de muitos conflitos. A pressão exercida pelos neoconservadores segue limitando a inclusão dessa temática nos currículos escolares. Especialmente no Brasil, a ausência desse debate nas escolas é reflexo do grande tabu que essa temática ainda é na sociedade. Até o momento, a legislação sobre o aborto é restritiva e, de tempos em tempos, o pouco que foi conquistado é colocado sob ameaça. Por outro lado, na Argentina as discussões sobre o aborto estão muito mais avançadas. A luta pelo direito das mulheres e pessoas que engravidam permitiu que o aborto fosse legalizado, ainda que sob muitas disputas.

Incluir esse debate nas escolas é fundamental para que a temática seja entendida como uma questão de saúde pública e um direito a ser garantido pelo estado. Estamos de acordo com o movimento feminista quando exigem educação sexual para decidir, métodos contraceptivos para não abortar e aborto seguro para não morrer.

Referências bibliográficas

- Biroli, F., Machado, M.D.C., y Vaggione, J.M. (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. 1 ed, São Paulo: Boitempo.
- Brown, J. L. (2008). La cuestión del aborto en argentina. Una mirada a partir de la prensa periódica (1). *Question/Cuestión*, 1(20). Recuperado a partir de <https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/688>
- Lacerda, M. B. (2019). *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: ZOUK.
- Machado, L. (2022). *Políticas de educação sexual na Argentina e no Brasil a partir da década de 1990: avanços e retrocessos em um contexto neoconservador*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense.
- Torres, G. S. M. (2024). Discursos (neo)conservadores en Argentina ante la Educación Sexual Integral (2018-2021). *Rev. Estud. Fem*, 32(2). Recuperado a partir de <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n296575>